

VII Encontro Nacional do Trabalho



Saúdo todos os presentes e em especial os nossos convidados que nos vêm ajudar a refletir para uma melhor intervenção.

Debateremos neste dois dias: - **Desemprego, precariedade e emigração: como parar o encerramento do país?** ; - **35h de trabalho = emprego para todos**; **Sindicalismo e movimentos sociais: como juntar os dois rios**; - **Administração Pública, vínculos privados = os culpados do costume**; **Plano de choque para o fim da desigualdade salarial – e - Contratação coletiva em risco - .**

O nosso Encontro realiza-se sob uma brutal ofensiva neoliberal, conservadora e austeritária, decorrente da afirmação da globalização capitalista, da ditadura das transnacionais, trazendo consigo importantes mutações na organização do trabalho e na estrutura do emprego.

O mercado globalizou-se, a competitividade e o lucro constituem-se na seiva do capital. Mas, globalizou,

também, as suas crises – em 2007/2008 com um crash financeiro, seguiu-se uma crise económica e a orçamental, que nos está a trazer uma chantagem sobre Estados e os governos.

Todo o abuso foi permitido, criaram-se bolhas especulativas e a riqueza no mundo da finança desligou-se completamente da economia real. **Estima-se que apenas 1% das transações financeiras diárias à escala mundial estejam relacionadas com a criação de nova riqueza. O restante é pura especulação, negócios virtuais que parasitam a economia.**

A crise, então criada, impôs a busca pela conquista de novos mercados com uma nova fase de apropriação das riquezas naturais, em choque com os direitos do trabalho.

Monopólios naturais, como o setor da água que no entanto não ajudam a combater a crise mas a enriquecer os que mais têm. O nosso país deve hoje mais 63,4 mil milhões de euros do que devia no final de 2010, no entanto a Cimpor, a EDP, a REN, os CTT, os ENVC, a ANA, os seguros da CGD estão hoje privatizados e o Estado deixou de receber quaisquer dividendos destas empresas; **Foram-se os “aneis e os dedos” de setores estratégicos da nossa economia.**

Três anos depois da intervenção da Troika em Portugal e da grande “cumplicidade” política entre a troika nacional (PS/PSD/CDS) e a troika internacional (CE/BCE/FMI), **mantêm-se e se nada fôr feito, teremos pela frente mais 20 anos de políticas austeritárias.**

É o caminho da destruição ...

- Do Estado e das suas funções sociais, ajustando pelo lado do trabalho e do social, desregulando, precarizando e desumanizando o trabalho, pela baixa dos salários.

- Neste três anos foram destruídos 469 mil empregos. Mais de 1 milhão e quatrocentos mil, em sentido lato, estão no desemprego. **Nos últimos três anos estima-se que cerca de 670 mil portugueses ficaram no desemprego.**

- Um milhão e 600 mil trabalhadores continuam com vínculo precário, sinónimo de insegurança e restrição de direitos fundamentais, com a utilização de contratos a termo em desrespeito pela lei, o uso abusivo de recibos verdes, o trabalho encapotado em regime de prestação de serviços, as bolsas de investigação ou estágios profissionais e o trabalho temporário sem observância de regras.

- Crescem os chamados “**Nem, nem!**”, os que não estudam, nem trabalham. O que levam a que milhares de jovens e menos jovens, a emigrarem.

- Mas, o mais escandaloso são os trabalhadores que estão na situação de desemprego/trabalhando, debaixo das chamadas medidas activas de emprego estão a ser usadas para subsidiar as empresas e criar milhares de trabalhos precários e mal pagos - caso do Estímulo Emprego e da dispensa temporária da TSU - e nalguns casos substituindo verdadeiros postos de trabalho que deste modo não são criados, nem pagos são os correspondentes salários - caso dos Contratos Emprego Inserção na Administração Pública central e nas autarquias e economia social e dos Estágios no sector privado que neste trimestre abrangeram mais de 72 mil desempregados -. Nas escolas, perante a enorme carência de funcionários, o que se assiste é uma vez mais ao uso e abuso pelo Governo dos «contratos de emprego-inserção ou às contratações a tempo parcial para algumas horas, por 2,80 euros e por períodos muitas vezes inferiores a seis meses.

- Sempre em nome do aumento da “competitividade e da produtividade” do trabalho, sucessivas desregulações da legislação laboral têm vindo progressivamente a individualizar as relações de trabalho, a flexibilizar e a liberalizar os

despedimentos e a promover a desregulamentação do horário de trabalho, numa deliberada tentativa de impor em Portugal um modelo de desenvolvimento baseado na precariedade, nos salários baixos e baixos custos de trabalho. **A crise tirou 3,6 mil milhões aos salários e deu ao capital 2,6 mil milhões €, mais do que o equivalente à descida da TSU.**

- Nesta agenda ideológica contra o trabalho continua-se a desequilibrar a relação de forças, cada vez mais a favor das empresas e do patronato, ao apostar-se numa política de bloqueio e destruição da contratação coletiva imposta pela troika e pelo governo, na sua descentralização e restrição à publicação das portarias de extensão, importantes não só em termos laborais mas também económicos, enquanto instrumento de concorrência leal entre as empresas.

- Sob a mesma bandeira, impôs pela lei o estabelecimento do aumento do horário de trabalho dos trabalhadores em funções públicas de trinta e cinco para quarenta horas, medida que serviu para cumprir, de uma só vez, três objetivos: reduzir o salário real destes trabalhadores em cerca de 14%, mascarar a falta de funcionários que se sente em muitos serviços e arrasar

uma conquista histórica da democracia, o que leva à **diminuição do emprego na Administração Pública, redução da despesa social, privatização do vínculo público e privatização das funções sociais do Estado.**

Realce-se que, na segurança social o governo aponta para uma filosofia em duas vertentes,. por um lado, a **promoção do assistencialismo** em parceria com o sector social e solidário e, por outro, **a redução do sistema previdencial**, assente nos princípios da contributividade e da solidariedade laboral e geracional, em favor do sector privado financeiro.

- Foi debaixo desta mesma filosofia que o governo das direitas procedeu ao aumento do S.M.N. para 505€ mantendo na pobreza quase 500 mil trabalhadores, diminuindo em 0,75% a TSU a pagar pelos patrões à segurança social ou seja o governo transferiu para o patronato mais de 23 milhões € à custa do dinheiro dos trabalhadores.

No entanto, às políticas de austeridade sucede mais austeridade, agravando a distribuição do rendimento em benefício do capital e em prejuízo de milhões de trabalhadores. O peso do factor trabalho é cada vez menor no rendimento nacional.

Embora 2012 tenha sido um ano negro para a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, reformados e pensionistas, as maiores fortunas do país continuaram a crescer e mais do que duplicaram desde 1980.

Vários indicadores mostram de forma inequívoca é um agravamento do risco de pobreza que atingem já cerca de 2 milhões de portugueses eram pobres em 2012.

O capitalismo precisa da austeridade porque ela alimenta o seu principal instrumento de exploração: a desigualdade. Sem a destruir, nas suas mais diversas facetas, Portugal não será um País viável.

- **A austeridade corrói a democracia.** A imposição de memorandos ou a existência de poderes que se sobrepõem à vontade popular afasta os cidadãos da participação.

A desobediência à União Europeia é fundamental para pôr em causa o Tratado Orçamental que significa a agudização do caminho europeu da austeridade

permanente enquanto afirmação da subjugação dos povos ao mundo da finança.

E

A renegociação da dívida para que a economia respire e, possam ser adoptadas políticas de crescimento e de emprego, de novas políticas de (re) industrialização e investimento público.

- É tempo de assumir responsabilidade de luta mas também de construir e afirmar uma alternativa em que os trabalhadores e as massas populares se revejam e confiem.

- É preciso construir alianças políticas e sociais que para além das forças à esquerda, envolvam os movimentos sociais e sindicais/CT's, tanto na Europa como em Portugal.

DE PÉ !

A luta é o caminho !

Lisboa, 10 de Outubro de 2014